

Aula 2

HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DOS SURDOS

METAS

Discutir o processo histórico da pessoa surda no contexto educacional e as metodologias de ensino para surdos.

OBJETIVOS

Ao final desta aula, o aluno deverá:

- Compreender o processo educacional da pessoa surda tomando como base as diferentes dimensões históricas e as metodologias de ensino desenvolvidas ao longo dos anos.
- Realizar uma análise comparativa quanto às abordagens, às técnicas e aos métodos de ensino das tendências pedagógicas: Oralismo, Bimodalismo e Bilinguismo.

PRÉ-REQUISITOS

Ter feito a Aula 1.

Edivaldo da Silva Costa e Mônica de Gois Silva Barbosa

INTRODUÇÃO

Prezado acadêmico, seja bem-vindo à História da Educação dos Surdos. Nesta aula estudaremos os processos históricos educacionais da pessoa surda destacando algumas práticas pedagógicas desenvolvidas ao longo dos anos. É importante entender que em diferentes épocas foram surgindo distintas metodologias de ensino para surdo: O oralismo, o bimodalismo e o bilinguismo. Os educadores oralistas defendem apenas o uso da língua oral, os adeptos da Comunicação Total, os bimodalistas, enfatizam o uso de duas línguas, a oral e a sinalizada, de forma simultânea. Já os defensores do bilinguismo ressaltam que a língua de sinais é a primeira língua do surdo e, a língua oral do seu país, sua segunda língua, ou seja, o surdo deve ser bilíngue e assumir sua surdez. Desta forma, neste capítulo, você fará esse retorno à história, o que se faz necessário para melhor entender as lutas, os conflitos e os discursos que tracejam o passado e que influenciam as práticas educacionais do surdo no momento presente.

HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DOS SURDOS NO MUNDO

“Conhecer a história, bem como as filosofias educacionais para surdos, é o primeiro passo para iniciar um estudo mais aprofundado” (GOLDFELD, 2002, p. 27).

“[...] a história sempre nos faz refletir e entender os fatos atuais, que o presente não está deslocado do passado, que a trajetória é importante para ser vista como um processo”. (HONORA; FIZANCO, 2009, p.15)

Desde a Antiguidade e por quase toda a Idade Média, os surdos eram vistos como pessoas que não podiam ser educadas, nem mesmo exercer direitos legais, como casar e herdar bens. No início do século XVI, começou-se a admitir a educação para surdos através de metodologia que permitisse desenvolver pensamento através do ensino da fala e da compreensão da língua falada. Pensava-se que a habilidade de falar com a voz estava intrinsecamente associada à inteligência. Entretanto, esse ensino era restrito aos filhos de nobres, por isso, pouquíssimos surdos tinham acesso a ele. Além disso, segundo Soares (2005), desde o início da Idade Moderna, os surdos eram alvos da medicina e da religião. Sendo uma deficiência relacionada a uma anomalia orgânica, a **surdez e mudez** constituíam um desafio para medicina. E segundo os preceitos religiosos, a sociedade devia ajudar os desvalidos, entre eles, aqueles que não podiam ouvir nem falar.

Em vários países da Europa, médicos desenvolveram métodos para

Ver glossário no final da Aula

ensinar aos surdos a língua de seu país. Entre eles, destacou-se na Itália Girolamo Cardano (1501-1576), matemático, médico e astrólogo, que se dedicou ao estudo da fisiologia do ouvido. Ainda segundo Soares (2005, p. 17) “foi a partir desses estudos que Cardano teria afirmado que a escrita poderia representar os sons da fala ou representar ideias do pensamento e, por isso, a mudez não se constituía em impedimento para que o surdo adquirisse conhecimento.”

Cardano avaliou o grau da capacidade de aprendizagem entre diferentes tipos de surdos e constatou que a surdez não interferia na inteligência da criança e, por isso, a educação dos surdos deveria ser realizada pelo ensino da leitura e da escrita. Pode-se supor que para Cardano a escrita, representando os sons da fala, seria o meio de o sujeito surdo adquirir conhecimento. Percebe-se que ele não estava apenas voltado para as questões orgânicas ou fisiológicas da surdez-mudez, mas também para a transmissão de conteúdos disciplinares.

De acordo com Goldfeld (2002), na Espanha, o monge beneditino Pedro Ponce de Leon (1520-1584) desenvolveu uma metodologia de ensino baseada na **datilologia**, na escrita e na oralização, através da qual ensinava aos filhos de nobres. Segundo Moura (2000), o trabalho realizado por Ponce de Leon demonstrou que os argumentos dos médicos sobre as afirmações de que os surdos não podiam aprender porque tinham lesões cerebrais, eram falsos.

Ver glossário no
final da Aula

Outra pessoa que se voltou para educação de surdos foi Juan Martin Pablo Bonet (1579-1633). Para ele, o ensino aos surdos deveria basear-se, primeiramente na escrita, em seguida fazer a correspondência com o alfabeto dactilológico e o alfabeto escrito, por fim se ensinava a língua falada. Em 1620, publicou um livro intitulado Redação das letras e arte de ensinar os mudos a falar. De acordo com Mazzotta (2005, p. 17-18), essa é a primeira obra impressa sobre educação de deficientes.

Compreende-se que a utilização da datilologia para representar as letras do alfabeto através da posição das mãos começou a ser levada em consideração, mas com o intuito de ensinar a língua falada. Verifica-se, também, que ao ensinar a escrita, a intenção era desenvolver a oralização dos surdos.

Na Inglaterra, outro médico e também teólogo, John Wallis (1616-1703) escreveu o livro intitulado Da fala ou da formação dos sons da fala (1698). Tentou ensinar os surdos a falar, mas desistiu. Outro médico que se preocupou em ensinar a escrita aos surdos foi Johann Conrad Amman (1669-1724), na Holanda. Segundo Soares (2005), Amman deixou de lado os recursos da medicina e se voltou unicamente à educação, aperfeiçoando um método para ensinar aos surdos os sons da fala, que depois de aprendidos eram associados à imagem escrita. Percebe-se, assim, que apesar de a oralização ter sido o método predominante na época, a escrita também tinha sua importância para a comunicação dos surdos.

Outro educador de destaque foi Jacob Rodrigues Pereira (1715-1780), da Espanha, que se voltou para a educação de sua irmã surda, e, na França, em 1744, começou a ensinar a surdos. Segundo Moura (2000, p. 19), Pereira utilizou no seu ensino o alfabeto manual e os sinais com a finalidade de desenvolver a fala dos surdos.

Com o exposto, pode-se ver que diferentes metodologias de ensino para surdos foram criadas por médicos, religiosos e preceptores. Alguns utilizavam a escrita e métodos orais, outros usavam também sinais e datilologia. Os recursos eram utilizados para atingir o objetivo de desenvolver a língua falada. O fato de ensinarem a escrita justifica-se por ser ela um instrumento para chegar à oralidade, que era tão valorizada em uma sociedade que tinha a escrita como algo externo, parcial e atrasada.

ORALISMO VERSUS GESTUALISMO

Outro educador de grande importância para a educação de surdos foi o Abade francês Charles-Michel De L'Épée (1712-1789). A partir de 1750, Michel De L'Épée aprendeu a língua de sinais com os surdos que viviam nas ruas de Paris e criou os “sinais metódicos”, que combinavam língua de sinais com a gramática sinalizada francesa. Ele fundou a primeira escola pública para surdos, que passou a receber todo tipo de criança, independente de nível social, tornando-se, mais tarde, o Instituto Nacional de Surdos de Paris, antigo Instituto dos surdos-mudos de Paris, fundado em 1760 (SOARES, 2005, p.31).

Durante anos, L'Épée ensinou através do método gestual, difundido como gestualismo. Ele inovou utilizando os sinais, sendo o primeiro a reconhecer que os surdos tinham uma língua, algo que não tinha sido considerado por outros educadores. Por esse motivo, foi criticado por aqueles que acreditavam ser a oralização o meio mais eficaz para a educação dos surdos.

Até a década de 1870, o método gestual predominou sobre o método oral. Entretanto, começaram a crescer, nessa época, fortes pressões para que a oralidade tivesse prioridade na educação de surdos. Nesse ínterim, em 1880, aconteceu o segundo congresso, em Milão, que resultou no fortalecimento da tendência pedagógica oralista. Nesse evento, profissionais ouvintes decidiram que a língua de sinais deveria ser banida da educação de surdos. Verifica-se que a preocupação não estava em discutir método de ensino, mas em substituir a língua de sinais pela língua oral. Goldfeld (2002, p. 31) ainda ressalta que os professores surdos não tiveram o direito de votar. Por isso, não se levou em consideração a reivindicação de muitos surdos que defendiam o uso das línguas de sinais. A partir daí, várias práticas educacionais oralistas foram desenvolvidas em vários países. A propósito, eis o que Goldfeld (2002, p. 31) afirma: “No início do século XX a maior

parte das escolas em todo o mundo deixa de utilizar a língua de sinais. A oralização passou a ser o objetivo principal da educação das crianças surdas.”

Essa filosofia educacional oralista ou oralismo objetiva a integração da pessoa surda na comunidade ouvinte, proporcionando o desenvolvimento da língua oral e proibindo os surdos de utilizar qualquer tipo de comunicação através dos sinais. A criança é trabalhada e treinada para oralizar, pois os defensores dessa filosofia percebem a surdez como uma deficiência que precisa ser minimizada pela estimulação da audição.

A oralização deixou marcas profundas na vida de muitos surdos, pois a proibição do uso de sinais e a imposição aos treinamentos para recuperação da audição se traduzem em sentimentos de trauma, discriminação e frustração.

Com o passar do tempo, há um grande descontentamento com a filosofia oralista e estudos realizados sobre língua de sinais, que surgiram na década de 1960, deram origem a novas propostas pedagógico-educacionais em relação à educação da pessoa surda. Esses estudos em relação à estrutura e gramática das línguas de sinais foram iniciados pelo americano William Stokoe, que constatou que ela tinha característica linguística semelhante às línguas orais. Em 1970, ele publica o artigo “Sign Language Structure: an outline of Visual Communication Systems of the American deaf”, demonstrando que a ASL-Língua Americana de Sinais é uma língua que apresenta as mesmas características das línguas orais.

Baseadas nessa publicação, várias pesquisas em línguas de sinais foram surgindo. Passou a ser adotada, a partir da década de 1970, a filosofia educacional denominada de comunicação total. Sobre essa tendência pedagógica, Goldfeld (202, p. 38) frisa: “A filosofia da comunicação total tem como principal preocupação os processos comunicativos entre surdos e surdos e entre surdos e ouvintes.” Além disso, esta tendência também se volta para a aprendizagem da língua oral pelo surdo, contudo acredita que os aspectos cognitivos, emocionais e sociais não podem ser deixados de lado em prol da prática exclusiva da língua oral.

Essa tendência, conhecida também como bimodalismo, admite a utilização de vários métodos que possibilitem a comunicação, como gestos, alfabeto digital, leitura labial, entre outros. Sendo assim, tal prática é considerada como bimodal, pois envolve combinações das duas modalidades concomitantemente, quais sejam: os sinais (gestual-visual) e a fala (oral-auditiva), para que ocorra o entendimento da mensagem emitida entre os interlocutores. Permitindo o uso das línguas de sinais, antes proibido pelo oralismo, esse método possibilitou aos surdos aprender a língua de sinais. Entretanto, esta ainda não era reconhecida como língua natural dos surdos, era apenas um instrumento para se ensinar a língua oral.

Paralelamente ao desenvolvimento das propostas do bimodalismo, foram surgindo pesquisas sobre línguas de sinais e, conseqüentemente,

estudos sobre uma metodologia voltada para educação bilíngue. Sobre essa prática, Goldfeld (2002, p. 42) faz a seguinte afirmação: “O bilinguismo tem como pressuposto básico que o surdo deve ser bilíngue, ou seja, deve adquirir como língua materna a língua de sinais, que é considerada a língua natural dos surdos e, como segunda língua, a língua oficial de seu país”.

Dessa forma, os adeptos dessa filosofia acreditam que o surdo pode assumir sua surdez sem almejar a uma vida semelhante à dos ouvintes. Por isso, a educação bilíngue contrapõe-se ao oralismo, pois trabalha com uma pedagogia visual e entende que a criança surda deve adquirir, como primeira língua, a língua de sinais e não a língua oral. E contrapõe-se à comunicação total porque compreende que tanto a língua oral como a língua de sinais têm características próprias e é incompatível articulá-las simultaneamente, visto que os surdos precisam adquirir a língua de sinais como primeira língua e aprender a língua oral na modalidade escrita com metodologia de ensino de segunda língua.

O uso dessa metodologia na educação dos surdos surgiu em nosso país, na década de 1980 e, em muitos países, como no Brasil, as experiências ainda são poucas. Os profissionais da educação não são unânimes quanto à sua aplicação e, existem diferentes propostas e abordagens para sua implantação nas escolas. Resumidamente, podemos dizer que o bilinguismo reconhece que o surdo vive em condição bilíngue e multicultural, respeitando o fato de que ele convive diariamente com duas línguas e culturas: a língua gestual e a cultura do povo surdo do seu país; a língua oral e a cultura ouvinte de seu país.

Para uma melhor compreensão de como a educação dos surdos se desenvolveu no Brasil, o próximo tópico apresentará brevemente os registros históricos das fases desse processo em nosso país.

HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DOS SURDOS NO BRASIL

No Brasil, o processo histórico da educação dos surdos teve início em 26 de setembro de 1857, durante o período imperial, no reinado do Imperador D. Pedro II, por meio do Decreto Imperial n. 839, com a fundação do Imperial Instituto dos Surdos-Mudos (I.I.S.M.) sediado no Rio de Janeiro. Após dois anos do seu funcionamento, foi renomeado em 26 de setembro de 1859 para Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES), uma instituição de ensino especializado para pessoa surda.



Figura 01 –Fotografia histórica do Instituto Nacional de Educação de Surdos.
Fonte:Dória (1959, p. 151).

As pesquisas sobre a história da educação dos surdos no Brasil se pautam nos estudos realizados por alguns pesquisadores. Soares (1999), tendo como foco de sua pesquisa o período de 1951 até 1961, estabeleceu a relação dicotômica entre o INES e as políticas públicas educacionais brasileiras dos anos 1950, por meio da democratização da escola e de seus procedimentos pedagógicos. Moura (2000) destacou que a educação de surdos no INES ancora-se em cópias de modelos europeus e Rocha (2008; 2009) deteve-se sobre o período espaço-temporal de 1856 até 1961, considerado o trabalho mais bem documentado no âmbito de um debate linguístico entre os defensores do ensino da língua oral para surdos (opressores ouvintes oralistas) versus o ensino por meio dos sinais (oprimidos surdos gestualistas), fazendo uma análise crítica nas narrativas dicotomizadas que vêm se solidificando no campo história educacional dos surdos brasileiros.

HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DOS SURDOS EM SERGIPE

O processo histórico-educacional dos surdos sergipanos em termos de pesquisas e estudos dialoga diretamente com a educação dos surdos tanto à nível mundial quanto nacional e se ancora nos trabalhos de Souza (2000; 2007; 2010; 2015) que investigou a genealogia do processo educativo de surdos aracajuanos e a biografia do médico riachuelense Dr. Tobias Rabello

Leite. Seixas (2015) registrou o processo de formação em Educação de Surdos de cinco professoras ouvintes sergipanas que estudaram no Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES) de 1959-1961; e Costa (2018) teceu as narrativas sinalizadas por meio das trajetórias individuais e da memória coletiva dos quatro surdos sergipanos sendo nove identificados na pesquisa realizada (cinco deles estão falecidos), os quais estudaram no INES na década de 1944 até 1979 com destaque para a primeira professora surda sergipana, Aparecida de Jesus Santos.

Na fase de pré-história da educação de surdos sergipanos, ainda não há relatos de escolas especializadas para o atendimento educacional dessa parcela da população. Segundo Souza (2007; 2010), o processo histórico educacional dos surdos aracajuano iniciou-se em 24 de junho de 1962 com a inauguração do aparato político-ideológico para fins de reabilitação clínica-terapêutica-educacional, o Centro de Reabilitação Ninota Garcia (C.R.N.G.), pelo médico-diretor e intelectual rosarense, Dr. Antônio Garcia Filho. Somado a este fato, Costa, Ferreira-Filho e Souza (2017) destacaram a cronologia da fase de segregação institucional para o atendimento educacional dos surdos sergipanos iniciado pelo Centro de Reabilitação Ninota Garcia (C.R.N.G.) em 24 de junho de 1962; o Núcleo de Educação Especial (NEE) em 1965; a Escola Estadual 11 de Agosto (EE11A) em 1970; a Fundação Ciras/Rosa Azul em 09 de agosto de 1979; a Associação dos Surdos de Sergipe (ASSE) em 01 de maio de 1991; a Associação de Pais e Amigos dos Deficientes Auditivos do Estado de Sergipe (APADA-SE) em 21 de junho de 1991; o Instituto Pedagógico de Apoio à Educação para Surdos de Sergipe (IPAESE) em 21 de dezembro de 2000; a Associação de Intérpretes de Língua Brasileira de Sinais do Estado de Sergipe (AILES) em 12 de junho de 2006 e o Centro de Capacitação de Profissionais da Educação pra Atendimento às Pessoas com Surdez do Estado de Sergipe (CAS/SE) em 22 de novembro de 2006.



Figura 02 – Fotografia histórica do Centro de Reabilitação Ninota Garcia.
Fonte: Souza (2010, p. 68).

Na fase de integração/inclusão dos surdos sergipanos, na Educação Básica do Estado de Sergipe há destaque para as escolas referências no atendimento aos surdos, em Aracaju, a Escola Estadual 11 de Agosto (EE11A); em Itabaiana, a Escola Estadual Vicente Machado Menezes (EEVMM); em Lagarto, o Colégio Estadual Silvio Romero (CESR); em Estância, o Colégio Estadual Arabela Ribeiro (CEAR) e em Propriá, a Escola Estadual Graccho Cardoso (EEGC). No caso do contexto histórico do profissional tradutor e intérprete de LIBRAS, de acordo com Melo e Silva (2013), teve início em 1997 por meio da atuação de Nadja Maria de Deus na Primeira Igreja Batista de Aracaju-SE. No Ensino Superior, o pioneirismo da Educação de Surdos dar-se aos trabalhos desenvolvidos pela educadora Verônica dos Reis Mariano Souza.

SAIBA MAIS!!!

Na França, em 1760, foi instituída a primeira escola para surdos nomeada L'Institut National des Jeunes Sourde-muette à Paris (I.N.J.S.) e o primeiro professor surdo foi o francês Etienne de Fay. No Brasil, em 26 de setembro de 1857 foi fundado o Imperial Instituto de Surdos-Mudos (I.I.S.M.) sendo renomeado em 26 de setembro de 1859 para Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES) no Rio de Janeiro, centro de referência em educação de surdos, tendo como primeiro professor e diretor, o surdo francês Hernest Adolf Huet. E, em Sergipe, em 24 de junho de 1962 foi inaugurado o Centro de Reabilitação Ninota Garcia (C.R.N.G.) em Aracaju, no bairro Industrial, tendo como primeira professora surda com **Síndrome de Usher**, Aparecida de Jesus Santos.

Ver glossário no final da Aula

CONCLUSÃO

Ao focarmos nos princípios que nortearam a educação de surdos, nos deparamos com diversos embates sobre reabilitar, e posteriormente, educar para normalizar. Tais princípios necessários aos contextos linguístico e educacional atual não são recentes, pelo contrário, estão sedimentados na História da Educação dos Surdos, e formaram-se em momentos oportunos, entre o século XIX ao início do século XX. Com isso, percebeu-se que as decisões dos ouvintes marcaram fortemente a educação de surdos, com metodologias que priorizaram a oralidade, privando os surdos de desenvolver-se através da língua de sinais.



RESUMO

A história da educação de surdos vem se modelando com o passar dos anos, juntamente com as políticas públicas, por meio de instituições de ensino especializadas para pessoas surdas que resguardam histórias de vida e memórias, muitas das quais ainda estão silenciadas e sedimentadas na linha do tempo e que se tecem com base nos embates linguísticos, teóricos, metodológicos, filosóficos, políticos e ideológicos e vem se alicerçando nos discursos médicos, religiosos, pedagógicos e jurídicos. Esses conflitos geraram várias práticas educacionais desenvolvidas para o surdo, destacando-se três: metodologia oralista, bimodalista e bilíngue. Portanto, este capítulo teve como objetivo apresentar essas tendências educacionais, perpassando por acontecimentos mundial, nacional e sergipano com o intuito de melhor entender o contexto atual da educação de surdos.



ATIVIDADE FINAL

- 1) Realizar uma análise comparativa sobre as abordagens, as técnicas e os métodos de ensino das tendências pedagógicas: Oralismo, Comunicação Total e Bilinguismo.
- 2) Realize uma pesquisa a respeito das metodologias de ensino para surdos, desenvolvidas ao longo dos anos, fazendo uma análise comparativa quanto às abordagens, as técnicas e os métodos de ensino.

COMENTÁRIOS SOBRE A ATIVIDADE

Para realizar a atividade, o(a) aluno(a) deve consultar o livro *A criança surda, linguagem e cognição numa perspectiva sociointeracionista*, de Márcia Goldfeld, publicado pela editora Plexus no ano de 2002. Poderão também consultar sites de pesquisa sobre metodologias de ensino para educação de surdos.



AUTOAVALIAÇÃO

Com base no estudo dos processos históricos educacionais da pessoa surda, quais metodologias de ensino não são adequadas aos surdos?



PRÓXIMA AULA

Discorreremos sobre as políticas públicas e legislação educacional e suas implicações na educação dos surdos. O Atendimento Educacional Especializado para surdos e a Lei que reconhece a Língua Brasileira de Sinais.

REFERÊNCIAS

História da Educação dos Surdos no Mundo

GOLDFELD, Márcia. **A criança surda, linguagem e cognição numa perspectiva sociointeracionista**. 2ª edição. São Paulo: Plexus editora; 2002.

MAZZOTTA, Marcos José da Silveira. **Educação especial no Brasil: História e políticas públicas**. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2005.

MOURA, Maria Cecília de. **O surdo: Caminhos para uma nova identidade**. Rio de Janeiro: Editora Revinter, 2000.

SOARES, Maria Aparecida Leite. **A Educação do Surdo no Brasil**. Campinas, SP: Autores Associados, 2005.

História da Educação dos Surdos no Brasil

DÓRIA, Ana Rímoli de Faria. **Introdução à didática da fala**. 2. ed. Rio de Janeiro: MEC, 1959.

ROCHA, Solange Maria da. **Antíteses, díades, dicotomias no jogo entre memória e apagamento presentes nas narrativas da história da educação de surdos: um olhar para o Instituto Nacional de Educação de Surdos (1856/1961)**. 2009. Tese (Doutorado em Educação). Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC-RJ, Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/13970/13970_1.PDF (Acesso em 08/09/2020)

ROCHA, Solange Maria da. **O INES e a educação de surdos no Brasil: aspectos da trajetória do Instituto Nacional de Educação de Surdos em seu percurso de 150 anos**. 2. ed. Rio de Janeiro: INES, 2008.

SOARES, Maria Aparecida Leite. **A educação dos surdos no Brasil**. Campinas, SP: Autores associados: EDUSP, 1999.

História da Educação dos Surdos em Sergipe

COSTA, Edivaldo da Silva. **Mãos tecendo histórias de vida: memórias dos surdos sergipanos egressos do Instituto Nacional de Educação de Surdos (1944-1979)**. 2018. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão-SE, 2018. Disponível em: <http://ri.ufs.br/jspui/handle/riufs/8658> (Acesso 08/09/2020)

COSTA, Edivaldo da Silva; FERREIRA-FILHO, Geraldo; SOUZA, Verônicados Reis Mariano. **História da educação de surdos sergipanos**. In: Revista Virtual de Cultura Surda e Diversidade (RVCS), Edição N°

20 / Janeiro de 2017. Disponível em: <https://editora-arara-azul.com.br/site/admin/ckfinder/userfiles/files/1%C2%BA%20Artigo%20de%20Edivaldo%20Costa%20%26%20Geraldo%20Ferreira%20Filho%20%26%20Ver%C3%B4nica%20Souza.pdf> (Acesso 08/09/2020)

MELO, Alda Valéria Santos de; SILVA, Danielle de Souza. Os surdos instrutores de Libras no estado de Sergipe: caminhos percorridos. In: **VII Colóquio internacional Educação e Contemporaneidade-EDUCON**, p. 1-10, São Cristóvão-SE, 2013.

SEIXAS, Catharine Prata. **O Instituto Nacional de Educação de Surdos e a formação de professores para surdos em Sergipe (1959-1961)**. 2015. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Sergipe-UFS, São Cristóvão-SE, 2015. Disponível em: <https://ri.ufs.br/handle/riufs/4645> (Acesso 08/09/2020)

SOUZA, Verônica dos Reis Mariano. **Vivência de inclusão**. 2000. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Sergipe - UFS, São Cristóvão-SE, 2000.

SOUZA, Verônica dos Reis Mariano. **Gênese da educação de surdos em Aracaju**. 2007. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal da Bahia-UFBA. Salvador-BA, 2007.

SOUZA, Verônica dos Reis Mariano. **Gênese da educação de surdos em Aracaju**. Editora-UFS, São Cristóvão-SE, 2010.

SOUZA, Verônica dos Reis Mariano. **Tobias Leite: educação dos surdos no século XIX**. Editora-UFS, Sergipe, 2015.

GLOSSÁRIO

Datilologia: É a transposição dos grafemas da língua oral para o espaço ou representação manual das letras do alfabeto.

Mudez: Deficiência que impossibilita a produção da fala. Qualidade, estado ou condição de mudo; perda ou diminuição da fala. Mudez ou **afonia** é uma deficiência que indica incapacidade total ou parcial de produzir fala.

“**mudez**”, in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa, <https://dicionario.priberam.org/surdo-mudez> [consultado em 03-07-2021].

Síndrome de Usher: é uma patologia sindrômica autossômica recessiva caracterizada pela associação da retinose pigmentar e surdez congênita, parcial ou total.

SURDO-MUDEZ: Surdez associada à mudez; Designação imprópria para a surdez.

“surdo-mudez”, in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa, <https://dicionario.priberam.org/surdo-mudez> [consultado em 03-07-2021].